

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.065, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina – IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, relatar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de fevereiro/2014, também distribuição dos Relatórios de Investimentos de fevereiro/2014, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2014, bem como decidir sobre as aplicações dos recursos provenientes dos resgates mensais dos FIDC 360 E FIDC 540 do Banco Cruzeiro do Sul S/A, quando creditado, pelo seus gestores e demonstrados em C/C do IPRESA, comentar sobre aplicações efetuadas incorretamente pelo Banco Santander, Banco do Brasil e Caixa, bem como comentar sobre a participação do Comitê na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal em 27 de fevereiro de 2014.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva, Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo, Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi.. Iniciando foi comentado que após um início de ano desanimador com choque nos mercados, fevereiro parece ter serenado momentaneamente o ânimo dos investidores, apesar de o sentimento de aversão a risco não ter se dissipado totalmente. Com a taxa básica de juros, Selic, em seu maior nível em mais de dois anos, não é necessário fazer grandes malabarismos para aproveitar as oportunidades ao menos no curto prazo, porém é preciso destacar que o ambiente macroeconômico doméstico ainda impõe cuidados. Desta forma, o ouro foi, mais uma vez, o investimento com boa opção de rentabilidade dentre as opções de investimentos, apesar de o retorno apresentado ser inferior ao apresentado em janeiro. A commodity metálica negociada na BM&FBovespa subiu 2,18% contra retorno de 6,73% em janeiro. Os fundos de renda fixa surgiram, na sequencia, como a segunda melhor opção de rendimento no mês, com alta nominal de 1,08%. A meta de superávit primário e o corte no orçamento divulgados na penúltima semana de fevereiro trouxeram alívio aos mercados de câmbio e juros. O dólar apresentou a primeira queda após quatro meses consecutivos de valorização em relação a moeda brasileira. A divisa norte-americana apresentou baixa de 2,78% em termos nominais, cotada a R\$ 2,34, e foi o pior retorno do mês dentre as alternativas de investimentos. Na Bovespa, as coisas são um pouco diferentes. O principal índice de ações da bolsa brasileira, o Ibovespa, apresentou o quarto mês seguido de perdas, contudo com variação mais branda do que a apresentada em janeiro, quando a bolsa caiu 7,5%. Em fevereiro o índice da bolsa paulista recuou 1,14%, fechando em 47.094 pontos. Em um mês de intensa volatilidade, em que o índice Bovespa beirou a linha dos 45 mil pontos. Ficou mais evidente para o investidor que nem tudo estava no preço. Isso significa que o fundo do poço ainda pode estar mais distante, o que não quer dizer as oportunidades não se apresentem. Na Renda Fixa o mercado de juros futuros da BM&F se aproveitou do resultado fraco das contas públicas do governo federal no mês

de janeiro para promover a elevação das taxas de juros, em um movimento claro de correção dos exageros observados nos últimos dias, marcados por um fechamento (queda) expressivo na curva de juros de longo prazo. Embora as taxas (DIs) de longo prazo apresentem elevação imediatamente após a divulgação do superávit primário do governo federal em janeiro, é prematuro afirmar que o mercado já retirou o voto de confiança dado o governo após a divulgação da meta fiscal. A lua-de-mel, contudo, ficou para trás. Com este ajuste o IMA e seus subíndices que vinham apresentando forte valorização ao longo do mês de fevereiro recuaram na última seção do mercado mas mesmo assim apresentaram forte valorização. O IMA B 5+ que reflete a média das taxas dos títulos com prazos acima de 5 anos fecharam o mês com retorno positivo de 5,59%. O IMA B que calcula a média do IMA B 5 e IMA B 5+ encerrou fevereiro com valorização positiva de 4,439%, bem acima do fechamento de janeiro quando o retorno destes índices foram negativos. Por sua vez a ponta mais curta da curva de juros representada pelo IRF M apresentou retorno mais modesto, mas acima do apresentado em janeiro. O IRFM 1 que reflete a ponta mais curta da curva de juros, apresentou retorno positivo de 1,06%, já o IRF M 1+ que representa o retorno dos títulos prefixados com prazos acima de 1 ano apresentou retorno de 2,845%.

**Entretanto ainda é cedo para afirmar que esta alta representa uma tendência para este segmento de investimentos de renda fixa.** A Bovespa fechou fevereiro com sua quarta baixa consecutiva, após operar sem tendência definida ao longo do mês, entretanto, analistas do mercado estimam que uma provável evolução nos dados da economia norte-americana possa determinar o rumo do mercado no mês de março. Após o retorno negativo de 7,5% janeiro, reagindo ao início do programa de redução dos estímulos a economia dos Estados Unidos e reduzidas perspectivas de crescimento da economia brasileira, o Ibovespa permaneceu sem tendência definida em fevereiro. O desempenho do índice da bolsa paulista chegou a sugerir que atingiria o nível de suporte técnico aos 46.100 pontos no mês, porém conseguiu se segurar com investidores entendendo que os preços já estavam bastante baixos e até atrativos para algumas ações. Apesar disso, não houve fatos novos que com força suficiente para impulsionar o índice da bolsa para cima. No último pregão do mês, o governo federal divulgou uma queda no superávit primário de janeiro, jogando um balde de água fria no otimismo alimentado pela divulgação da nova meta fiscal para 2014 na semana anterior e derrubando o Ibovespa. Ainda nesta semana, a economia brasileira surpreendeu no quarto trimestre com crescimento acima do esperado, porém o resultado ainda não foi satisfatório para uma alteração expressiva das expectativas de que a economia brasileira vai apresentar um 2014 mais fraco. Enquanto continua descrente de uma evolução positiva para cenário doméstico, o mercado deve manter suas atenções voltadas para novos indicadores dos Estados Unidos, uma vez que o inverno severo não ajudou na leitura dos dados divulgados em fevereiro. Muitos economistas creem que os indicadores possivelmente vieram mais fracos do que sucederia em condições normais. A performance das ações da Petrobras continuou ruim em fevereiro e há pouca expectativa de melhora. Com a publicação do resultado no quarto trimestre da estatal petrolífera na última semana do mês, suas ações preferenciais chegaram o menor patamar desde 2005, fechando o mês em baixa de 7,55%. Segundo os dados econômicos, as perspectivas melhores dos EUA em março tendem a fazer com que o dólar volte a subir forte em relação ao real, influenciando negativamente também no desempenho bolsa brasileira. No cenário corporativo, o mercado financeiro permanecerá atento à temporada de balanços, que deve durar até

o fim do mês de março. O mês de março deve ser muito parecido a fevereiro, no que diz respeito a uma pressão tão forte de venda, pois o mercado já veio descontado, mas não há uma visão de efetiva melhora de contas públicas e recuo de inflação (no Brasil). Posteriormente ao choque dos mercados no início do ano, fevereiro parece ter acalmado em parte os ânimos dos investidores, apesar de que a aversão a risco não tenha se desaparecido. Com a taxa Selic juros básicos agora no maior patamar em mais de dois anos, como afirmamos no início desta análise, o ambiente macroeconômico doméstico ainda inspira cautela. O ponto mais importante, do ponto de vista investidor racional em 2014 é a liquidez. Se por um lado a taxa de juros está maior, o cenário está mais difícil e qualquer investidor racional até aceitaria abrir mão de uma rentabilidade maior para garantir liquidez. **A ligeira melhora apresentada pelos mercados em fevereiro é apenas momentânea.** A divulgação da meta de superávit primário e o corte no orçamento anunciados na penúltima semana do mês trouxeram um certo conforto ao câmbio e ao mercado de juros. O dólar fechou o mês em queda após quatro meses seguidos de valorização frente ao real. Já na renda fixa, depois de títulos públicos pagando juro real em torno de 7,0%, a curva mostrou um fechamento e levou ao aumento dos preços dos papéis. Apesar do temor de uma nova elevação dos juros até o fim deste ano e de eventuais alterações por parte do governo em virtude das eleições, é importante ficar atentos às oportunidades vinculadas à inflação. O foco deve ficar em títulos curtos, como NTN-Bs com vencimentos até o fim de 2015 ou pré de curto prazo como os títulos atrelados ao IRF M1. Com a Selic no patamar atual não é necessário correr riscos mais elevados, porque a base dos juros já está alta. O juro real subiu muito mais que a inflação. É também recomendável direcionar uma parcela dos recursos da carteira para fundos atrelados ao CDI. No longo prazo, é preciso ter ações, um fundo multimercado com estratégia em índice de ações. Em um momento como o atual é possível buscar retorno acima do CDI nesta modalidade de investimento. No cenário nacional a discussão presente em todas as rodas é se o governo federal vai permanecer com esta postura mais amigável em relação ao mercado. Uma postura de maior comprometimento com a política fiscal, por exemplo, ou se apenas fez um discurso com foco maior no curto prazo, para fugir de um possível rebaixamento da nota de risco do país até as eleições. Neste momento, o mercado trabalha com uma perspectiva positiva. O fechamento (queda) não apenas da ponta curta da curva de juros, mas também da longa, na qual habitualmente se posicionam investidores estrangeiros, é um sinal de que o mercado está observando uma alteração de postura do governo. Além da mudança vinda de Brasília, cabe destacar que as revisões para baixo do crescimento da economia neste ano colaboraram para a trégua nas taxas de juros, assim como indicadores mais fracos vindos dos Estados Unidos. O movimento de fechamento das taxas de juros não deve se prolongar, como observado no último dia no mês. O mercado deve seguir, ainda, sem um movimento definido, o desempenho visto em fevereiro foi apenas um alívio. A possibilidade de novas ondas de pressão ainda são muito grandes, logo não há uma tendência definida de melhora para este ano. **Não teremos ainda uma tendência, um movimento tão claro, que aponte uma direção clara para a renda fixa, em que o investidor possa se sentir confortável.** Se faz necessário, neste momento uma gestão mais ativa que busque oportunidades em distorções pontuais, dada a complexidade do mercado. A melhora dos indicadores em fevereiro foi proporcionada pela combinação de dois fatores que precisam ser apontados. No cenário externo, está em xeque a tendência de elevação das taxas de juros globais. No Brasil, está em

juízo quanto as questões domésticas vão acrescentar a esse movimento internacional, ou seja, se haverá um prêmio adicional por conta da situação do país. Neste mês, os dois elementos contribuíram para o alívio dos investidores. Na bolsa, a história tão diferente. O índice Bovespa mostrou mais um mês de quedas, mas com variação mais suave que a queda de 7,5% apresentada em janeiro. Em um mês de forte volatilidade, em que o Ibovespa se aproximou da linha dos 45 mil pontos, ficou mais claro ao investidor que nem tudo estava no preço. Isso quer dizer que o piso pode estar ainda mais distante, o que não quer dizer que haja oportunidades. A falta de fluxo é o principal problema enfrentado pelo mercado de renda variável no momento. Por enquanto a palavra de ordem ainda é cautela objetivando principalmente a proteção da carteira contra a volatilidade que ainda se mantém persistente. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de fevereiro/2014** aos membros do Comitê. Foi apresentado e distribuído a cada membro o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de fevereiro/2014, onde verificou-se que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente. Em seguida, **segundo o que mostra o cenário econômico** houve unanimidade entre os membros em aplicar os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência fevereiro/2014**, descontadas as despesas administrativas e despesas com a folha de pagamento do mês de fevereiro de 2014 e pagamento dos **resgates mensais dos FIDC 360 E FIDC 540 do Banco Cruzeiro do Sul S/A, deverão ser aplicados no SANTANDER FIC FI IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA, cuja "duration" é mais curta e de pouca volatilidade, cuja medida vem acrescentar medida de proteção ao cenário desanimador**. Em seguida, foi relatado que conforme apontam os extratos bancários o Banco Santander, o Banco do Brasil e a Caixa efetuaram movimentações incorretas, os quais não cumpriram integralmente as solicitações contidas nos ofícios expedidos pelo Instituto de Previdência na data de 10 de fevereiro de 2014. O caso mais grave ocorreu no Banco Santander onde verificamos que no mês de janeiro o resgate do FIDC que solicitamos que a aplicação fosse efetuada no **Fundo Santander FIC FI IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA** foi concretizada incorretamente no **Fundo Santander FIC FI IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA**, sendo a correção impossível no momento, uma vez que eliminamos esse fundo da nossa carteira, contudo não iremos solicitar correção pois o ato não causou prejuízo ao IPRESA, posteriormente, através do OFÍCIO IPRESA/Nº012/2014 solicitamos **Resgate total** do **Fundo Santander FIC FI IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA**, e que imediatamente após pagamento do resgate (D+1) o valor fosse migrado para o **Fundo Santander FIC FI IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA**, e o valor foi aplicado incorretamente em Fundo de renda variável Small Cap, dessa forma formalizaremos ofício solicitando a correção e pagamento de prejuízo se houver. Ainda na Caixa após as movimentações efetuadas conforme OFÍCIO IPRESA/Nº013/2014, verificamos que restaram valores na conta corrente do IPRESA, decorrente de fechamento de cotas e tais valores não foram aplicados pelo Banco conforme deveria ter sido feito, para esse caso emitiremos também ofício solicitando a correção e pagamento de prejuízo pelo recurso que ficou sem a devida aplicação. No Banco do Brasil, através do OFÍCIO IPRESA/Nº 015/2014 solicitamos resgate do

Fundo **BB IMA GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO**, e que imediatamente após o pagamento (D+2) o valor seja migrado para o **FUNDO BB PERFIL PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA**, contudo, após fechamento das cotas o Banco não aplicou o valor restante no Fundo solicitado, por conta disso emitiremos ofício solicitando correção e pagamento de prejuízos pela não aplicação dos valores que restaram. Seguindo, foi comentada a participação dos membros na **audiência pública, realizada na Câmara Municipal, às 14:00 no dia 27 de fevereiro de 2014, onde o IPRESA através do Comitê de Investimentos, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, onde salientou que** embora no fechamento do exercício de 2013 a rentabilidade dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPRESA se apresentou negativa, é interessante apontar que no fechamento do exercício de 2012 houve uma surpreendente arrecadação de juros das aplicações. Tal situação tão distinta de um ano para outro se deu por conta do mercado financeiro, destacando-se principalmente a alta da inflação, com isso o governo tende a elevar a taxa básica de juros (Selic) e isso afeta diretamente os fundos de investimentos do IPRESA, que na sua maioria compostos de papéis do governo, remunerados pela taxa básica de juros, quando isso acontece, ou seja a taxa de juros sobe a rentabilidade dos investimentos cai. E foi isso que aconteceu durante o ano de 2013. Vale lembrar que muito embora a rentabilidade obtida não favoreceu o cumprimento da meta atuarial, destacamos que é ocorrência que envolveu todo o Brasil, todos os RPPS sofreram com o mercado financeiro. Em meados de 2012 essa situação já era sinalizada pelos analistas do mercado financeiro e desde então iniciamos em ciclo de proteção dos investimentos, ou seja fomos migrando investimentos mais voláteis para outros de menor volatilidade. Com isso conseguimos no fechamento de 2013 evitar maiores perdas de rentabilidade. Destaque-se ainda que todos os investimentos do IPRESA estão de acordo com a Resolução do Banco Central e bimestralmente enviamos 03 tipos de demonstrativos ao Ministério de Previdência, onde pode-se confirmar que os investimentos estão de acordo com a legislação pertinente. Veja-se que até mesmo o TCE preocupou-se com a situação atípica e emitiu norma para orientar os RPPS a contabilizarem as rentabilidades negativas ocorridas mês após mês. Continuando ficou definido que a próxima reunião do **Comitê se dará em 08 de abril de 2014, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 14 de março de 2014.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

Sônia Aparecida Fiorilli: Sônia Fiorilli  
Isvaldir Lopes Veigas: Isvaldir Lopes Veigas  
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: Izuméria Prajo  
Márcia Cristina Manfrenato Cassim: Márcia Manfrenato Cassim  
Rosângela Marisa Tezzon: Rosângela Tezzon  
Célia Maria Bassi: Célia Maria Bassi